

# Foi dada a largada

Assessores econômicos dos candidatos à presidência debatem propostas em evento promovido por FGV IBRE e *Estadão*

**Solange Monteiro**, de São Paulo

Sob um cenário de baixo crescimento e flagrante desequilíbrio nas contas públicas, a corrida eleitoral de 2018 toma fôlego ressaltando a importância da agenda econômica dos candidatos e sua consistência frente aos desafios que se apresentarão ao próximo governo a partir de 2019. Para ampliar o debate em torno desse tema, o FGV IBRE, em parceria inédita com o jornal *O Estado de S. Paulo*, lançou em agosto a série de sabatinas “Os Economistas das Eleições”, que receberá até dia 3 de outubro, no auditório da FGV SP, os coordenadores econômicos de oito candidatos que aceitaram participar da iniciativa.

Os primeiros quatro encontros, promovidos em agosto, confirmaram a preocupação no núcleo dos partidos representados – PSOL, PT, Rede e Partido Novo – com a fórmula de um ajuste fiscal que se encaixe em suas diretrizes, bem como formas de retomar o investimento e impulsionar a atividade econômica. Em parte das vezes, o pontapé inicial do debate foi a avaliação da agenda impulsionada pelo atual governo, especialmente a criação do teto dos gastos públicos (Emenda Constitucional 95), a reforma trabalhista e a frustrada reforma da Previdência.

Marco Antonio Rocha, coordenador do programa econômico do candidato Guilherme Boulos (PSOL), avaliou no encontro que a política de austeridade aplicada a partir de 2015 não funcionou para conter a trajetória da dívida pública e pesou sobre a população mais pobre, defendendo que o foco inicial de um governo de Boulos não seria a redução da dívida, mas a retomada da economia e a recuperação do emprego. Rocha pregou a revogação do teto de gastos, e uma reforma da política tributária para um modelo que aumentasse a arrecadação de forma mais progressiva. “Nossa política tributária atual tende a intensificar o nível de desigualdade”, disse. Outra medida defendida pelo assessor de Boulos no encontro focou o mercado de câmbio, com a regulação do mercado futuro e do controle de capitais, para conter a volatilidade.

Marcio Pochmann, coordenador do programa econômico do PT, também defendeu a supressão do teto de gastos, da reforma trabalhista e do plano de privatizações implantado no governo Temer. E anunciou o plano de, conforme publicado no programa do partido, formar uma nova assembleia constituinte. “Com isso, trataremos de forma ampla de uma lista de reformas apresentadas e nun-

ca realizadas”, afirmou. Pochmann defendeu duas frentes de ação para a recuperação econômica. A primeira, de curto prazo, focada na geração de emprego e renda, tem como base a recuperação imediata de obras públicas, financiadas pelo uso de parte das reservas internacionais do país, financiamento do BNDES e emissão de debêntures –, e a isenção de imposto de renda a pessoas com renda até 5 salários mínimos. A segunda frente, de longo prazo, prevê a recuperação da base industrial do país.

André Lara Resende, colaborador da candidata Marina Silva (Rede), reconheceu a necessidade de se conter a trajetória da dívida pública, mas também foi crítico ao que chamou de obsessão fiscalista do atual governo que, para ele, tem comprometido a retomada do investimento. Mesmo assim, o economista afirmou que a instauração do teto dos gastos foi positiva do ponto de vista das expectativas, e que não considera sua revogação como prioridade. Resende defendeu uma simplificação gradual dos impostos, até chegar a um IVA com alíquota única, e demonstrou-se aderente ao debate sobre privatizações. Resende reforçou a posição de Marina em criticar a corrupção. “Ela é fruto de um presidencialismo de

coalizão tecnocrático. É preciso mostrar de partida que não compactuaremos com interesses corporativistas que paralisaram o país”, declarou.

Já o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco, coordenador do programa econômico do candidato João Amoêdo (Partido Novo), destacou a reforma trabalhista como “um clarão” no caminho de buscar uma produção mais eficiente, segundo ele, essencial para a abertura econômica. “A abertura é a mãe das reformas para o aumento da produtividade”, afirmou, indicando também a necessidade de se atacar a alta burocracia e complexidade de se fazer negócios no país. Em sua apresentação, Franco destacou que as diretrizes de mudanças defendidas pelo Novo nos campos macro e microeconômico são, respectivamente, a redução do custo de capital e a agenda de produtividade. Para a redução do custo de capital, o economista defendeu a retomada do superávit primário a partir das reformas previdenciária, tributária e do Estado.

**Gustavo Franco**, coordenador econômico de **João Amoêdo (Novo)**, disse que as diretrizes do partido nos campos macro e microeconômico são a redução do custo de capital e a agenda de produtividade



Fotos: Felipe Rau/ESTADÃO

No tocante à reforma da Previdência, os demais assessores foram mais cautelosos em suas declarações. Rocha defendeu uma mudança debatida com a sociedade, mantendo o regime de repartição; Pochmann a colocou em segundo plano, afirmando que o foco do equilíbrio fiscal deve estar na revisão de desonerações e na indução ao crescimento; e Resende defendeu um

**Marcio Pochmann**, coordenador do programa econômico do **PT**, defendeu a supressão do teto de gastos, da reforma trabalhista e do plano de privatizações implantado no governo Temer



Fotos: Helvö Romero



modelo “atuariamente viável e equilibrado, para não prejudicar os desfavorecidos”, sem detalhar qual reforma adotaria para chegar a tal resultado.

Pesquisadores da Economia Aplicada do IBRE participaram da sabatina com os jornalistas do *Estadão* e fizeram sua análise dos programas, tanto no dia quanto na cobertura publicada no jornal. Sobre o projeto do PSOL, Vilma da Conceição Pinto considerou que o candidato Boulos deve ser mais claro sobre como pretende atacar a questão do ajuste fiscal, reiterando a importância do tema frente à trajetória do resultado primário, de um superávit de 1,4% do PIB em 2013 para um déficit de 1,5% até meados de 2018. Para ela, o efeito líquido das propostas apresentadas – aumento da carga tributária do lado da receita, para uma aceleração dos gastos focada no investimento público em infraestrutura logística e urbana – pode acentuar o forte desequilíbrio das contas públicas hoje verificado, o que exige do próximo presidente



um diagnóstico preciso do impacto das políticas escolhidas.

A importância da busca por equilíbrio fiscal também foi a tônica de Fernando de Holanda Barbosa Filho, que analisou o programa econômico apresentado por Pochmann. O pesquisador apontou como inconsistente a tentativa do partido de reviver os melhores anos do governo do PT, no início da gestão de Lula, com medidas implementadas no governo de Dilma Rousseff que se mostraram malsucedidas. Para ilustrar, citou a proposta de expansão do crédito através dos bancos públicos, e a defesa de que a política de preços de combustível exercida pela Petrobras não siga o mercado internacional, mas seja feita com base no mercado doméstico. No governo de Dilma, estratégia similar gerou prejuízos comprovados à estatal, minando sua capacidade de investimento.

No caso da proposta do Partido Novo, Fernando Veloso ressaltou a importância de que o projeto de abertura econômica enfatizado por Gustavo Franco seja pensado de

**Marco Antonio Rocha**, assessor da campanha de **Guilherme Boulos**, do **PSOL**, defende reforma do sistema tributário: “Nossa política atual tende a intensificar o nível de desigualdade”



Fotos: Werther



forma ampla, citando o exemplo do México em que parte considerável da economia não conseguiu tirar proveito desse movimento, comprometendo a produtividade agregada. Veloso também observou que a essência da proposta de reforma tributária defendida pelo Novo, de migração a um IVA, ainda não equaciona a situação dos optantes

pelo Simples, que hoje representam uma renúncia de R\$ 70 bilhões.

Manoel Pires, que participou do encontro com o assessor de Marina Silva, lembrou que os temas econômicos não têm sido a locomotiva de campanha da candidata, ainda que Resende tenha reconhecido a importância de uma reforma do Estado que incluía itens como a reforma tributária e do funcionalismo. Mas lembra que, para isso, o partido, tanto quanto os outros, deverá mostrar capacidade de enfrentar as estruturas de poder e *lobbies* presentes no Congresso, para formar as coalizões necessárias à aprovação de mudanças. ■

**André Lara Resende**, colaborador de **Marina Silva (Rede)**, disse que o teto dos gastos foi positivo do ponto de vista das expectativas e reforçou a posição da candidata em criticar a corrupção



Fotos: Felipe Rau/ESTADÃO

**Próximos encontros:**

- 11/9 – José Márcio Camargo (assessor de Henrique Meirelles – PMDB)
- 18/9 – Mauro Benevides (assessor de Ciro Gomes – PDT)
- 21/9 – Pérsio Arida (assessor de Geraldo Alckmin – PSDB)
- 3/10 – Paulo Guedes (assessor de Jair Bolsonaro – PSL)

Inscrições: [www.portalibre.fgv.br](http://www.portalibre.fgv.br)